



1º SIMULADO

Delegado PC RJ

Simulado TJ-SP

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Delegado da PC-RJ;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Delegado-PC-RJ-25-09>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

DIREITO PENAL

Ivo Martins

01. Com relação aos princípios e às garantias penais, assinale a opção correta.

- a) O princípio da adequação social serve de parâmetro fundamental ao juiz, que, diante das condutas típicas formais, deve deliberar quais sejam passíveis de punição criminal.
- b) Conforme a proibição do caráter perpétuo da pena, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça, o cumprimento de medida de segurança se sujeita ao limite máximo de 40 anos.
- c) O impedimento de previsão de tipos penais vagos emana do princípio da reserva legal em matéria penal.
- d) Para o princípio da culpabilidade para que haja a punição penal exige-se a demonstração de conduta dolosa ou culposa
- e) Para o princípio da subsidiariedade, o direito penal apenas tutela uma pequena fração dos bens jurídicos protegidos nas hipóteses em que se verifica uma lesão ou ameaça de lesão mais intensa aos bens de maior relevância.

02. Analise as seguintes assertivas acerca da norma penal, e marque a correta:

- a) A lei penal temporária tem vigência somente durante o estado de emergência.
- b) As leis penais incriminadoras são classificadas em permissivas e explicativas.
- c) A lei é fonte mediata do Direito Penal.
- d) Conforme entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, a lei penal mais grave não se aplica ao crime continuado ou crime permanente, ainda que sua vigência se dê em momento anterior à cessação da continuidade ou da permanência, se o marco inicial de tal vigência ocorrer em momento posterior ao início da execução.
- e) A norma penal pode ter como particularidades a retroatividade e a ultratividade

03. Analise as seguintes assertivas acerca da norma penal, e marque a assertiva correta:

- a) quando a norma incompleta e seu necessário complemento estão contidos na mesma estrutura legislativa é chamada de norma penal em branco própria.
- b) Há a incidência do princípio da continuidade normativa típica quando uma norma penal é revogada, porém, sua conduta continua prevista como delito em outro dispositivo legal
- c) aplica-se a lei penal mais favorável ao réu, ao fato cometido sob a égide de lei anterior, desde que ele ainda não tenha sido decidido por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) Se a lei nova for mais favorável ao réu, deixando de considerar criminoso a sua conduta, ela retroagirá mesmo que o fato tenha sido definitivamente julgado, fazendo cessar os efeitos civis e penais da sentença condenatória.
- e) Após o cálculo final da pena, o número não inteiro de dias deve ser desprezado no cálculo da pena privativa de liberdade, e as frações de real devem ser consideradas no cálculo da pena de multa.

04. Marque a assertiva que está de acordo com os dispositivos penais e doutrina majoritária:

a) ao tratar da relação de causalidade, o CP consignou que a superveniência de causa relativamente independente apenas afasta a imputação quando, por si só, produziu o resultado, eliminando outras considerações quanto aos fatos anteriores ocorridos.

b) “Bob”, sabendo que “Klebeson” é hemofílico, fere-o, com intuito homicida, ocorrendo efetivamente a morte, em virtude de hemorragia derivada da doença da qual “Klebeson” era portador, situação essa que leva à punição de “Bob” por homicídio tentado, sendo a hemofilia, nesse caso, considerada concausa.

c) o resultado da ação não pode ser atribuído ao agente na hipótese da existência de causa absolutamente independente, salvo se esta for preexistente.

d) A superveniência de causa relativamente independente não excluirá a imputação quando, por si só, essa causa produzir o resultado. Os fatos posteriores, contudo, imputar-se-ão a quem os praticar.

e) “Leleco”, com o intuito de matar “Jerry”, dispara contra ele com arma de fogo, ferindo-o, sobrevivendo a morte de “Jerry”, unicamente por intoxicação causada por envenenamento provocado no dia anterior por “Ditoca”, devendo “Leleco”, nessa situação, responder por homicídio tentado, porque o envenenamento é considerado causa absolutamente independente preexistente

05. Sobre as etapas de realização da infração penal, marque a alternativa correta:

a) O arrependimento eficaz ordena que a manifestação do autor do crime seja posterior à consumação do delito.

b) para a que ocorra a desistência voluntária ou o arrependimento eficaz, satisfaz a voluntariedade por parte do agente, não sendo exigida espontaneidade em sua decisão de desistir da trajetória criminosa ou de evitar a ocorrência do resultado

c) A diferença entre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz está no fato de que, na desistência voluntária, o agente não chega a iniciar a execução do delito. Por sua vez, no arrependimento eficaz a execução iniciada é interrompida, impedindo-se a consumação do delito.

d) Em algumas infrações penais o exaurimento é etapa do iter criminis.

e) a desistência voluntária é compatível com a tentativa perfeita ou crime falho;

06. De acordo com o Código Penal e Doutrina, analise as assertivas e marque a correta:

a) São causas supralegais de exclusão de ilicitude a insignificância penal e adequação social da conduta.

b) Excluem a ilicitude do fato o estado de necessidade, a legítima defesa e o desenvolvimento mental incompleto ou retardado que torna o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

c) é admissível a legítima defesa contra quem age em estado de necessidade.

d) Quanto ao estado de necessidade o direito penal brasileiro adota a teoria unitária do estado de necessidade, reconhecendo-o unicamente como uma justificante

e) somente é possível a responsabilização por excesso doloso de quem age em estrito cumprimento do dever legal, em hipótese alguma por excesso culposos.

07. Quanto à culpabilidade:

a) A teoria psicológico-normativa da culpabilidade: retirada do dolo e da culpa do conceito de culpabilidade.

b) Para a Teoria extremada da culpabilidade: a discriminante putativa é erro de proibição e exclui a culpabilidade se diante de erro inescusável.

c) O conceito normativo de culpabilidade: deslocou os componentes psicológicos para o tipo de injusto, conservando a culpabilidade com os componentes normativos do juízo de reprovação e do juízo de exculpação

d) O Direito Penal brasileiro adotou a teoria limitada da culpabilidade: trata o erro sobre os pressupostos fáticos de uma justificante como erro de proibição indireto.

e) A teoria extremada da culpabilidade: distingue, em relação à causa de justificação, erro de proibição indireto e erro de tipo permissivo.

08. Quanto aos crimes patrimoniais, marque a assertiva correta:

- a) No furto, se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la pela metade, ou aplicar somente a pena de multa.
- b) No roubo, A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade, se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca
- c) No furto, aumenta-se a pena de 1/3 a 2/3 se o crime é cometido mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- d) O roubo é qualificado se é cometido mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- e) No roubo a pena é aumentada em 2/3 se o crime é cometido mediante emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.

09. Quanto às modificações trazidas pela Lei nº 13.964/2019, foram acrescentados ao rol de crimes hediondos, exceto:

- a) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte.
- b) Roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte.
- c) Roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima.
- d) Roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito.
- e) furto qualificado pelo concurso de pessoas

10. Acerca do delito de homicídio doloso, assinale a opção correta.

- a) Se praticado contra autoridade ou agente das forças de segurança pública é causa de aumento de pena.
- b) é qualificado se cometido por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.
- c) É possível a aplicação do privilégio ao homicídio qualificado independentemente de as circunstâncias qualificadoras serem de ordem subjetiva ou objetiva.

d) A qualificadora do feminicídio, homicídio praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar, não é incompatível com a presença da qualificadora da motivação torpe

e) é privilegiado se praticado por agente impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob influência de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima.

11. Para aplicação da pena o juiz segue o critério trifásico, individualizando a pena de acordo a gravidade do fato e das condições pessoais do agente.

De acordo com o seu conhecimento sobre o assunto e fazendo um paralelo ao conhecimento da Súmula 636 do STJ, assinale a alternativa que configura maus antecedentes criminais:

- a) Inquérito Policial arquivado
- b) Inquérito Policial em andamento
- c) Ação Penal em Curso
- d) Atos infracionais
- e) Nenhuma das alternativas

12. A respeito dos crimes sexuais, previstos no Título VI, do Código Penal, assinale a alternativa correta.

a) Não se tipifica crime de estupro se o agente é cônjuge da vítima, já que o casamento impõe aos cônjuges o dever de prestação sexual.

b) A prática de conjunção carnal ou outro ato libidinoso com menor de 18 (dezoito) anos é estupro de vulnerável, previsto no artigo 217-A do Código Penal.

c) A prática de conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso com adolescente de idade entre 14 (catorze.) e 18 (dezoito) anos, em situação de prostituição, é atípica.

d) Os crimes sexuais, com exceção do estupro de vulnerável, são processáveis mediante ação penal pública condicionada à representação.

e) Haverá aumento de pena se o agente transmite à vítima doença sexualmente transmissível de que sabe ou deveria saber ser portador.

13. Tício é funcionário público e resolve desviar R\$ 2.000,00 em dinheiro do caixa da Prefeitura. No momento em que havia pensado em efetivar o desvio, se arrepende e deixa de fazê-lo. Nesse caso, Tício

- a) responderá por crime de peculato consumado, porque houve início de execução e arrependimento posterior.
- b) responderá por crime de peculato tentado, porque houve início de execução e arrependimento eficaz.
- c) não responderá por crime de peculato, nem tentado, nem consumado, porque não houve início de execução.
- d) responderá por crime de peculato tentado, porque houve início de execução e desistência voluntária.
- e) responderá por crime de peculato tentado, porque houve início de execução, arrependimento posterior e desistência voluntária.

14. José enfiou a mão no bolso de Pedro para subtrair-lhe a carteira. Pedro percebeu a ação do punguista e segurou-lhe a mão, tendo este sido imediatamente preso por policiais que estavam nas imediações. José responderá por tentativa de furto.

- a) qualificado pelo abuso de confiança.
- b) qualificado pela destreza.
- c) qualificado pelo artifício.
- d) simples.
- e) qualificado pela fraude.

15. Constitui causa extintiva da punibilidade

- a) a morte da vítima, no crime de induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento.
- b) a anulação, nos crimes de bigamia, do primeiro casamento.
- c) o perdão, nos crimes de ação privada.
- d) a perempção, nos crimes de ação pública.
- e) a retratação, nos crimes de falso testemunho ou falsa perícia, desde que antes da sentença no processo em que se apura a falsidade do testemunho ou da perícia.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

16. A respeito da política criminal, da criminologia e do direito penal, julgue os itens subsequentes.

I Criminologia é a ciência autônoma e independente que estuda o crime como fenômeno social e o delinquente como agente do ato ilícito, não se restringindo à análise da norma penal e seus efeitos, mas observando principalmente as causas que levam à delinquência, com o objetivo de viabilizar o aperfeiçoamento dogmático do sistema penal.

II A política criminal consiste na sistematização de táticas, estratégias e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.

III O direito penal é ciência do “ser”, na medida em que visa diagnosticar as causas da criminalidade por meio da etiologia criminal.

IV A Criminologia visa combater e prevenir a criminalidade por meio da concretização de políticas públicas.

Estão certos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

17. Sobre as etapas histórico-evolutivas da Criminologia, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Escola Retribucionista (também chamada de Escola Clássica) Clássica se funda em duas premissas básicas: o jusnaturalismo e o contratualismo.
- b) A Escola Positivista passou por três grandes fases: antropológica, com os estudos de Cesare Lombroso, Sociológica, com os trabalhos de Enrico Ferri e Jurídica com Raffaele Garofalo.
- c) Cesare Lombroso, expoente do Positivismo, é lembrado por ser o pai da criminologia científica por meio da obra “O Homem Delinquente”.
- d) A Escola Clássica se valia do método indutivo-experimental para investigar a Criminogênese.
- e) Foram defensores da Escola Clássica Marquês de Beccaria e Francesco Carrara.

18. Segundo os estudos da Vitimologia, o sofrimento da vítima não se limita ao episódio criminoso traumático por ela suportado, alcançando outras fases que podem agravar ainda mais o seu sofrimento. O tema foi sistematizado por meio dos chamados processos de vitimização. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

- a) A Vitimização Primária decorre, por exemplo, da omissão de familiares e amigos em amparar a vítima após ter sofrido as consequências nefastas do crime.
- b) A Sobrevitimização decorre do próprio Sistema de Justiça Criminal. Trata-se do constrangimento suportado pela vítima diante dos procedimentos regulares (ou irregulares) das instâncias formais de controle social (polícias, ministério público, poder judiciário, etc.).
- c) A Vitimização Terciária ocorre no momento em que a vítima sofre diretamente os impactos da conduta criminosa do delinquente, como no caso do momento do estupro.
- d) A Vitimização Quaternária ocorre quando familiares e amigos sofrem ao saber que algum ente próximo foi vítima de assalto.
- e) O dano moral suportado por vítima de calúnia, difamação ou injúria caracteriza a chamada vitimização indireta.

19. Em relação à Macrossociologia Criminal, assinale a alternativa correta.

- a) A teoria crítica é uma das mais importantes teorias do conflito. Surgiu na década de 60 nos Estados Unidos da América e tem, como um de seus principais autores, Howard Becker, e é responsável por culpar o sistema de justiça criminal como criminógeno, sob o fundamento de que realiza rotulações seletivas de criminosos.
- b) As teorias da anomia e da associação diferencial são exemplos de teorias do conflito.
- c) A Escola de Chicago se caracteriza pelo não utilitarismo da ação; malícia da conduta e negativismo.
- d) Exercem o controle social informal o conselho tutelar, a igreja, o delegado de polícia, e a família.
- e) A teoria da associação diferencial, segundo a qual o indivíduo desenvolve seu comportamento individual com base no aprendizado por meio de exemplos e nas

influências que possui, explica, segundo Edwin Sutherland, os chamados crimes de colarinho-branco.

20. Julgue os itens a seguir, de acordo com as espécies de prevenção delitiva:

I. A prevenção primária é a mais eficaz forma de prevenção, apesar de atuar a médio e longo prazo, uma vez que a conscientização da população tem o condão de diminuir efetivamente as causas da criminalidade.

II. A prevenção primária é a menos eficaz forma de prevenção, uma vez que atua a médio e longo prazo, demorando muito para surtir os efeitos de diminuição criminal desejados.

III. A prevenção secundária possui um destinatário certo, uma vez que se relaciona ao criminoso preso, com objetivo de evitar sua reincidência.

IV. A prevenção terciária é a mais eficaz forma de prevenção, uma vez que ocorre após o crime e atua a curto e médio prazo, direcionando-se às pessoas e grupos vulneráveis ou em situação de risco, com mais riscos de cometer ou ser vítima de delitos. Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.
- b) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- c) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.
- d) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.
- e) Somente a alternativa I é verdadeira.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

21. Aponte a alternativa correta no que diz respeito à tipicidade dos crimes de genocídio:

- a) O ato genocida importa na eliminação da vida humana.
- b) A prisão temporária poderá ser decretada pelo prazo máximo de 05 dias prorrogáveis por mais 05 dias.
- c) Mesmo estando fora do Código Penal é classificado como crime hediondo.
- d) A depender da pluralidade de vítimas admite-se o cumprimento de pena privativa de liberdade por prazo superior a 40 anos pelo mesmo ato genocida.
- e) Todas as condutas típicas desta lei serão de competência do tribunal do júri.

22. Em face do descumprimento de transação penal homologada judicialmente com pena de multa, o Ministério Público oferece denúncia contra o autor da infração penal perante o Juízo comum. Sobre a atuação do Ministério Público após o descumprimento da transação penal, aponte a alternativa correta:

- a) Falta justa causa para o exercício da ação penal, pois o Ministério Público, ao fazer a proposta de transação penal, dispôs da persecução penal em razão das condições pessoais do autor da infração e do menor potencial ofensivo da infração cometida.
- b) A homologação da transação penal faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, ao Ministério Público cabe executar a pena de multa.
- c) A homologação da transação penal não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia.
- d) A homologação da transação penal tornou a denúncia manifestamente inepta, faltando justa causa para o Ministério Público dar continuidade à persecução penal mediante oferecimento de denúncia.
- e) Falta justa causa para o exercício da ação penal em face da extinção da punibilidade do autor da infração penal.

23. Valendo-se das regras processuais penais da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), aponte a alternativa CORRETA:

- a) a prática de contravenção penal, ainda que no âmbito de violência doméstica, não é motivo idôneo para justificar a prisão preventiva do réu.
- b) nos casos de lesão corporal culposa praticada contra mulher em âmbito doméstico, a ação penal será pública condicionada.
- c) segundo reiteradas decisões do Superior Tribunal de Justiça, a suspensão condicional do processo e a transação penal se aplicam às contravenções penais praticadas no âmbito da Lei Maria da Penha.
- d) nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do oferecimento da denúncia.
- e) a ofendida deverá estar acompanhada de advogado ou defensor público para requerer a concessão de medidas protetivas.

24. A colaboração premiada, prevista na Lei nº 12.850/13,

- a) autoriza que o juiz receba a denúncia apenas com base nas declarações do agente colaborador.
- b) prevê que, para fazer jus aos benefícios da lei, seja indispensável que o colaborador tenha revelado a estrutura hierárquica e a divisão de tarefas da organização criminosa.
- c) é prova, na acepção jurídica do termo.
- d) prevê limitação voluntária ao direito ao silêncio.
- e) prevê a participação judicial nas negociações em busca da formalização do acordo de colaboração premiada.

25. Assinale a alternativa incorreta sobre as disposições normativas da Lei nº 9.296/96 (Interceptação telefônica e captação ambiental)

a) A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.

b) a lei da interceptação das comunicações telefônicas permite a interceptação das comunicações telemáticas.

c) para os procedimentos de interceptação de que trata esta Lei, a autoridade policial poderá requisitar serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público.

d) A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.

e) a interceptação das comunicações telefônicas pode ser originalmente decretada para a investigação de atos de improbidade administrativa.

26. Além do crime de lavagem de capitais, a Lei 9.613/96 também traz conteúdo processual. A respeito das disposições processuais indicadas, assinale a alternativa CORRETA:

a) a ordem de prisão poderá ser suspensas pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata comprometer a busca por elementos informativos de prova.

b) o juiz, ouvido o Ministério Público, nomeará exclusivamente pessoa física para administrar os bens sujeitos a medidas assecuratórias.

c) o acusado citado por edital que não comparecer nem constituir advogado terá seu processo suspenso, junto com o prazo prescricional.

d) a prescrição do crime antecedente interfere diretamente na constituição típica do delito de lavagem de capitais, pelo desinteresse demonstrado pelo Estado na cadeia causal dos fatos.

e) a decisão sobre a unidade de processo e julgamento dos processos envolvendo a infração penal antecedente e o delito de lavagem de capitais caberá ao Ministério Público, titular das ações penais.

27. O chamado pacote anticrime (Lei 13.964/2019) modificou quase integralmente os requisitos objetivos para documentar o requerimento de progressão de regime. Alterou-se o sistema de frações por porcentagens. A respeito dos novos patamares para fins de progressão de regime, aponte a porcentagem correta para a situação correspondente:

a) 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.

b) 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for reincidente.

c) 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte.

d) 16% (dezesesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.

e) 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática do crime de furto qualificado pelo concurso de agentes.

28. Acerca do que dispõe o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03),

a) Quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo será punido com pena de detenção de 06 meses a 01 ano ou multa.

b) Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal.

c) negar o acolhimento ou a permanência do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento é mera infração administrativa.

d) não é crime lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal, tratando-se de irregularidade cartorária.

e) Os crimes previstos no estatuto do idoso admitem as medidas despenalizadoras da lei 9.099/95 cuja as penas não ultrapassem 04 anos.

29. A possibilidade de o funcionário público, acusado do crime de tráfico de entorpecente, ser afastado de suas atividades antes de eventual condenação, é prevista na Lei n.º 11.343/06 como

- a) interdição temporária de direito.
- b) suspensão temporária de direito.
- c) pena restritiva de direitos.
- d) pena acessória.
- e) medida cautelar.

30. Acerca dos crimes previstos em leis penais especiais, assinale a opção INCORRETA

- a) Nos termos da Lei n.º 12.850/13, o delegado de polícia terá acesso, independentemente de autorização judicial, aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.
- b) O crime de tortura não admite a modalidade preterdolosa se resultar na morte do torturado, devendo o agente ser submetido a julgamento pelo rito especial do júri.
- c) A violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei n.º 11.340/06, não se restringe ao tipo penal previsto no §9º, do art.129 do Código Penal.
- d) A Lei n.º 9.296/96 que trata das interceptações de comunicações telefônicas não se restringe à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática no curso da investigação criminal e em instrução processual penal.
- e) A lei n.º 10.741/03 – Estatuto do Idoso – amplia o conceito de infração de menor potencial ofensivo ao permitir a aplicação do procedimento previsto na Lei n.º 9.099/95 aos crimes nela previstos cuja pena privativa de liberdade máxima não ultrapasse quatro anos.

31. Assinale a alternativa que indica corretamente crimes que, de acordo com o texto constitucional, a lei considerará inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, omitirem-se.

- a) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os definidos como crimes hediondos e o assédio sexual.
- b) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os definidos como crimes hediondos e o racismo.
- c) A prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e o tráfico de pessoas.
- d) A prática da tortura, a posse e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo.
- e) A prática da tortura, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos e o assédio sexual.

32. Com base na lei de identificação criminal - Lei n.º.12.037/2009, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Tratando-se de crimes hediondos será possível mencionar a identificação criminal do indiciado em atestados de antecedentes ou em informações não destinadas ao juízo criminal, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- b) A identificação civil não será atestada pela carteira de trabalho.
- c) A exclusão dos perfis genéticos dos bancos de dados ocorrerá somente em casos de absolvição ou arquivamento das investigações.
- d) Mesmo apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações.
- e) Os traços somáticos ou comportamentais das pessoas poderão constar no perfil genético conforme a lei.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

33. Sobre o tema Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

a) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial poderá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

b) O ofendido, ou seu representante legal, o indiciado e as testemunhas poderão requerer qualquer diligência, que deverá ser realizada pela autoridade no curso do inquérito policial.

c) Do despacho da autoridade policial que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial caberá recurso para o juiz competente no prazo de 05 (cinco) dias.

d) De acordo com os prazos previstos no Código de Processo Penal, caso o indiciado esteja preso, em flagrante, preventiva ou temporária, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo de 10 dias, mas se o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo de 30 dias.

e) Incumbirá à autoridade policial representar pela prisão preventiva durante a fase de investigação policial.

34. Sobre o Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

a) O princípio da indisponibilidade inviabiliza que o inquérito policial seja arquivado.

b) Excepcionalmente, o delegado de polícia poderá arquivar o Inquérito Policial quando constatar a atipicidade do fato.

c) Mesmo diante de inquéritos policiais que investigam fatos atípicos, o delegado de polícia não poderá arquivá-los, salvo quando extinta a punibilidade.

d) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada sem novas provas.

e) Para que o Inquérito Policial seja arquivado, é necessária requisição do delegado ao Juiz, o qual

arquivará independente de prévia manifestação do Ministério Público.

35. Conforme as disposições processuais penais vigentes no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem;

b) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal;

c) Não será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia;

d) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial;

e) A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

36. Tendo em vista o Código de Processo Penal e o entendimento sumulado dos Tribunais Superiores, assinale a assertiva correta.

- a) Não há crime, quando a postergação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.
- b) Em face do princípio da obrigatoriedade, o delegado de polícia está vinculado a realizar as diligências requeridas pelo ofendido ou seu representante legal.
- c) Nas hipóteses de crime permanente, a prisão em flagrante é possível quando cessar a permanência da infração.
- d) O delegado de polícia não pode arquivar autos de inquérito policial, no entanto deve encerrar o procedimento investigatório com a conclusão das investigações.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

37. Acerca do tema Prisão, assinale a alternativa correta.

- a) O flagrante próprio ocorre quando o indivíduo é encontrado, logo depois, pela autoridade, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- b) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- c) Em relação às garantias constitucionais do preso, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre deverão ser comunicados no prazo de vinte e quatro horas ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- d) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

38. Em relação às disposições constitucionais aplicáveis ao Processo Penal e a prisão temporária, julgue os itens abaixo.

- I. Caso a prisão realizada seja ilegal, esta deverá ser imediatamente revogada pela autoridade judiciária.
- II. O prazo da prisão temporária será de 05 (cinco) dias, prorrogável mais de uma vez em caso de extrema e comprovada necessidade.
- III. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência somente de advogado;

Assinale a sequência correta:

- a) V, F, V.
- b) F, F, F.
- c) V, V, F.
- d) F, F, V.
- e) F, V, F.

39. Acerca da Prova no Processo Penal, assinale a assertiva correta.

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- b) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- c) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- d) O exame de corpo de delito não poderá ser feito nos finais de semana.
- e) Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, independente de responderem aos quesitos formulados pela autoridade requisitante.

40. De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) A confissão será indivisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- b) O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.
- c) O depoimento será prestado oralmente, sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.
- d) Se o interrogado não souber escrever, não puder ou não quiser assinar, tal fato não precisará ser consignado no termo.
- e) A regra no processo penal é a realização do interrogatório do réu preso na sede do juízo em sala própria de audiência.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Claudio Tusco

41. Sobre a desapropriação, NÃO é correto afirmar que:

- a) consagrou-se na Constituição o princípio da justa e prévia indenização em dinheiro, com a ressalva dos casos nos quais a indenização será feita em títulos públicos. O legislador ordinário não poderá criar novas exceções a essa regra.
- b) a Constituição, ao exteriorizar a partilha de competências legislativas entre os entes estatais, indica que somente a União poderá legislar sobre desapropriação.
- c) na ação de desapropriação, a contestação só pode versar sobre o valor da indenização e sobre a ocorrência de vício processual.
- d) na indenização, podem ser cumulados juros compensatórios com juros moratórios.
- e) o bem público, por estar sujeito a um regime jurídico próprio, não pode ser desapropriado.

42. A administração indireta inclui as sociedades de economia mista, cujos agentes são:

- a) empregados públicos regidos pela CLT e sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público e à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

b) empregados públicos regidos pela CLT que não se submetem às normas constitucionais relativas a concurso público nem à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

c) empregados públicos regidos pela CLT e sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público, mas não à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

d) servidores públicos estatutários sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público e à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

e) servidores públicos estatutários sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público, mas não à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

43. A Constituição prevê que a prática de atos de improbidade administrativa pode gerar uma série de sanções para o agente público. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir:

I - Constitui crime representar contra agente público por ato de improbidade administrativa, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

II - Durante a apuração da possível prática de atos de improbidade administrativa, a autoridade administrativa competente, ou a judicial, poderá determinar o afastamento do agente público que estiver sendo investigado, sem prejuízo de sua remuneração.

III - A Lei nº 8.429/92 enumera, de forma exaustiva, as práticas que caracterizam a improbidade administrativa.

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão corretas.
- e) todas as afirmativas estão erradas.

44. Acerca do controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

I. Em nenhuma hipótese é possível a revogação, pelo Poder Judiciário, de atos praticados pelo Poder Executivo.

II. A reclamação para anulação de ato administrativo em desconformidade com súmula vinculante é uma modalidade de controle externo da atividade administrativa.

III. Nenhuma lei pode criar uma modalidade inovadora de controle externo não prevista constitucionalmente.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

45. Em relação ao procedimento licitatório e modalidades de licitação, NÃO é correto afirmar que:

- a) na alienação de bens imóveis, a Administração Pública, em princípio, deve lançar mão da concorrência.
- b) a inexigibilidade de licitação decorre da impossibilidade de competição e a enumeração, na lei dos casos de sua aplicação, é feita de forma exemplificativa.
- c) a Administração Pública, em regra, não precisa realizar licitação para adquirir bem imóvel.
- d) o concurso é a modalidade licitatória usada para escolha de projetos artísticos e arquitetônicos.
- e) em razão de expressa previsão na Constituição, somente a União pode legislar sobre licitações e contratos administrativos.

46. Quanto à responsabilidade civil por danos causados por seus agentes a terceiros, uma entidade da administração indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado e exploradora de atividade econômica estará sujeita:

- a) ao regime da responsabilidade civil objetiva do Estado.

b) ao regime jurídico da responsabilidade civil privada.

c) à teoria do risco administrativo.

d) à teoria da falta do serviço.

e) à teoria do risco integral.

47. Na desapropriação, a Administração Pública deverá indicar o destino que será dado ao bem desapropriado. Se o Poder Público der ao bem destinação que manifestamente não é pública, haverá grave ilegalidade, passível de controle. O desvio de finalidade na desapropriação denomina-se:

- a) retrocessão.
- b) tredestinação.
- c) desapropriação indireta.
- d) caducidade.
- e) afetação.

48. A respeito dos tipos e formas de controle, assinale a opção correta:

- a) A revisão dos contratos assinados realizada por setor específico da secretaria de administração de determinada assembleia legislativa estadual é exemplo de controle parlamentar.
- b) O objeto dos gastos decorrentes da aquisição de computadores e suprimentos de informática por gestor de vara judicial não se submete a controle administrativo, mas a controle jurisdicional.
- c) O questionamento em juízo acerca da legalidade de convênio para construção de quadra esportiva, celebrado por determinado município, é exemplo de controle legislativo.
- d) A análise da prestação de contas públicas, quando realizada por representantes da sociedade na assembleia legislativa e com apoio do tribunal de contas, é exemplo de controle social.
- e) O momento da contratação, por gestor público, de empresa licitada para o fornecimento de café e açúcar para órgão público, em regra, não se submete a controle judicial.

49. De acordo com a classificação dos bens públicos quanto a sua destinação, os automóveis usados pela Polícia Civil são considerados:

- a) bens de uso especial.
- b) bens dominicais.
- c) bens de uso comum do povo.
- d) bens desafetados.
- e) bens do domínio eminente.

50. Caso a administração pública entenda que determinado ato administrativo, ainda que em consonância com todas as prescrições legais, não atende adequadamente ao interesse público de fato, caberá ao órgão ou à autoridade pública competente extinguir esse ato por:

- a) decadência.
- b) invalidação.
- c) anulação.
- d) cassação.
- e) revogação.

51. O governador de determinado estado da Federação editou decreto normatizando o cumprimento de lei que dispõe sobre a forma de punição de servidores públicos que cometerem infrações funcionais. Nessa situação hipotética, a edição do referido decreto que concedeu fiel execução da lei caracteriza o exercício do poder administrativo:

- a) discricionário
- b) de polícia
- c) regulamentar
- d) hierárquico
- e) disciplinar

52. No contexto da apreciação e do controle dos atos de concessão de aposentadoria de servidores públicos, a posição majoritária do Supremo Tribunal Federal (STF) é a de que a concessão de aposentadoria é um ato:

- a) jurídico perfeito praticado unicamente pelo tribunal de contas no ato de registro, sendo de natureza meramente preparatória a manifestação prévia do poder público;
- b) administrativo simples praticado unicamente pelo poder público e somente produz efeitos financeiros a partir do seu registro no tribunal de contas;
- c) instantâneo, de efeitos permanentes, e não depende do seu registro no órgão de controle para se aperfeiçoar;
- d) composto e só se aperfeiçoa com a sua publicação na imprensa oficial;
- e) complexo e só se aperfeiçoa com o registro do ato no tribunal de contas.

53. À luz da legislação aplicável e do entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito das regras de processo administrativo e de processo administrativo disciplinar (PAD).

- a) O desligamento de servidor temporário afasta a imposição de PAD decorrente de ato por ele cometido no exercício do cargo.
- b) A instauração de PAD derivado de falta disciplinar praticada por servidor efetivo cedido é de competência exclusiva do órgão público de origem a que estiver vinculado o servidor.
- c) A decadência administrativa se aplica mesmo na hipótese de o ato a ser anulado afrontar diretamente a CF.
- d) No caso de a matéria do processo administrativo envolver assunto de interesse geral e ser aberta consulta pública para manifestação de terceiros, o comparecimento à consulta conferirá a condição de interessado do processo.
- e) Em processo administrativo, havendo a exigência de apresentação, por órgão consultivo, de parecer obrigatório e vinculante, o processo não terá seguimento até a apresentação do respectivo parecer.

54. A respeito da responsabilidade civil extracontratual do Estado, assinale a opção correta à luz do entendimento da doutrina e dos tribunais superiores:

- a) Conforme entendimento do STF, a responsabilidade civil do Estado por atos de notários e oficiais de registro que, nessa qualidade, causarem danos a terceiros é direta, primária e objetiva.
- b) De acordo com o entendimento doutrinário predominante, o direito brasileiro acolheu a teoria da irresponsabilidade do Estado.
- c) A culpa concorrente da vítima, o fato de terceiro e a força maior são causas excludentes do nexo de causalidade.
- d) Não há responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de atos normativos, mesmo quando se tratar de leis de efeitos concretos.
- e) Segundo entendimento do STJ, a imprescritibilidade da pretensão de recebimento de indenização decorrente de atos de tortura ocorridos durante o regime militar de exceção não alcança as ações por danos materiais.

55. A respeito do controle da administração pública, assinale a opção correta.

- a) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão sistemas de controle, de forma independente, com a finalidade de avaliar a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) O sistema de controle deve ser mantido pelos três poderes de forma integrada, tendo como um dos seus principais objetivos elaborar e executar a programação financeira da União.
- c) Ao Tribunal de Contas da União (TCU) cabe apreciar a legalidade não só das nomeações para os cargos de provimento em comissão, mas também das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.
- d) A competência do Congresso Nacional para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa é uma hipótese de controle de legalidade.
- e) Os tribunais de contas atuam de forma independente, exercendo o controle externo e o produto dessa ação destina-se a auxiliar o Poder Legislativo em sua incumbência constitucional.

56. Após fiscalização da execução de contrato de concessão de serviço público, a administração pública constatou que o serviço estava sendo prestado de forma inadequada. Ato contínuo, a administração extinguiu o contrato, por meio de portaria do poder cedente, sob o fundamento de caducidade. Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que o ato administrativo que declarou a caducidade encontra-se eivado de vício quanto:

- a) ao objeto.
- b) à forma.
- c) ao motivo.
- d) à finalidade.
- e) à competência.

57. No âmbito da atuação pública, faz-se necessário que a administração pública mantenha os atos administrativos, ainda que estes sejam qualificados como antijurídicos, quando verificada a expectativa legítima, por parte do administrado, de estabilização dos efeitos decorrentes da conduta administrativa. A interrupção dessa expectativa violará o princípio da:

- a) legalidade;
- b) confiança;
- c) finalidade;
- d) continuidade;
- e) presunção de legitimidade.

58. Determinado município pretende formalizar parceria com uma organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recurso financeiro. Nessa situação, o instrumento a ser firmado entre as partes deverá ser o:

- a) contrato de gestão;
- b) termo de parceria;
- c) termo de colaboração;
- d) acordo de cooperação;
- e) chamamento público.

59. Na hipótese de um ente federado pretender instituir uma fundação pública de direito público, a criação dessa entidade deverá ser formalizada por meio de:

- a) lei ordinária, cabendo a decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação;
- b) lei complementar, cabendo a lei ordinária definir as áreas de sua atuação;
- c) autorização em lei ordinária específica, cabendo a decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação;
- d) autorização em lei ordinária específica, cabendo a lei complementar definir as áreas de sua atuação;
- e) autorização em lei complementar específica, cabendo a lei ordinária definir as áreas de sua atuação.

60. Constitui violação aos princípios constitucionais da administração pública:

- a) nomeação de cônjuge de prefeito para o cargo de secretário estadual, mesmo que o nomeado possua inegável qualificação técnico-profissional e idoneidade moral;
- b) limitação de idade, por ato administrativo, para fins de inscrição em concurso público, ainda que tal medida esteja fundamentada na natureza das atribuições do cargo a ser preenchido;
- c) publicação, em sítio eletrônico mantido pela administração pública, de nomes de servidores e dos valores dos respectivos vencimentos e vantagens pecuniárias;
- d) atribuição de nome de governador já falecido, reconhecido pela defesa dos direitos humanos, a escola pública de rede estadual de educação;
- e) anulação, pela administração pública, de ato administrativo ilegal, independentemente de prazo e da existência de direito adquirido.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

61. O inciso XV do artigo 5º da Constituição Federal estabelece que “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”. Conforme classificação de José Afonso da Silva quanto à aplicabilidade das normas constitucionais, o inciso citado é norma constitucional de

- a) eficácia contida.
- b) eficácia plena.
- c) eficácia limitada.
- d) eficácia absoluta.
- e) eficácia programática.

62. O conceito de “Constituição” como “norma pura”, “pura obrigação”, “puro dever-ser”, conforme posicionamento doutrinário, relaciona-se à concepção de Constituição em

- a) Sentido Político.
- b) Sentido Sociológico.
- c) Sentido Jurídico.
- d) Sentido Ontológico.
- e) Sentido Culturalista.

63. A respeito da organização político-administrativa do Estado, aponte a alternativa correta.

a) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a lei estadual que disponha sobre porte de arma de fogo, por invadir matéria da competência da União.

b) As terras devolutas são bens da União.

c) A Constituição Federal proíbe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios mantenham com cultos religiosos ou igrejas qualquer tipo de aliança, uma vez que o Estado é laico.

d) Compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de gás canalizado.

e) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, compete aos estados o poder de fechar fronteiras e o de regulamentar o transporte intermunicipal para realizar barreiras sanitárias eficazes no controle à pandemia causada pela COVID-19.

64. No Sistema Presidencialista de Governo, o Chefe do Executivo acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. Com base naquilo que está disposto na Constituição Federal de 1988, indique a assertiva em que a atribuição do Presidente da República se dá na qualidade de Chefe de Estado.

a) nomear e exonerar os Ministros de Estado.

b) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

c) manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.

d) decretar e executar a intervenção federal.

e) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

65. A respeito da Ordem Social, aponte a alternativa correta:

a) A demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios deve ser feita pelos Estados-membros, observado o disposto em lei federal, de forma a respeitar a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições das populações indígenas.

b) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bens da União, são destinadas à posse permanente dos índios, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, do subsolo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

c) O primado do trabalho é a base da ordem social, que tem por objetivo, nos termos expressos na Constituição Federal, o bem-estar e a justiça sociais.

d) b) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à educação e à assistência social.

e) Não há óbice para que pessoas jurídicas em débito com o sistema da seguridade social contratem com o Poder Público nem dele recebam benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

66. A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, indique a assertiva correta.

a) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que corresponderá necessariamente à área de um Município.

b) É plena a liberdade de associação, inclusive a de caráter militar.

c) Uma associação que tiver finalidade ilícita poderá ser compulsoriamente dissolvida por decreto do prefeito, desde que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, uma vez que os direitos fundamentais não têm caráter absoluto.

d) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força emenda à Constituição.

e) As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

67. A respeito dos direitos políticos, aponte a assertiva correta.

a) Para exercer direitos políticos passivos, basta exercer direitos políticos ativos e estar filiado a um partido político.

b) João sofreu condenação transitada em julgado por uso de documento falso, mas teve a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos. Nesse caso, João, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, não poderá exercer a capacidade eleitoral passiva (ser votado) e nem a capacidade eleitoral ativa (votar).

c) Ainda que com a finalidade de proteger a probidade administrativa e a moralidade para exercício de mandato, não poderá o legislador, por lei infraconstitucional, estabelecer outros casos de inelegibilidade além daqueles que já foram fixados pela Constituição Federal.

d) Para combater abuso de poder econômico, corrupção ou fraude, será cabível ação de impugnação de mandato eletivo, no prazo de 10 dias contados da diplomação, instruída com provas, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

e) A Constituição Federal veda a cassação de direitos políticos, mas admite hipóteses de perda ou de suspensão. A condenação por improbidade administrativa é uma das hipóteses de perda dos direitos políticos.

68. A respeito da segurança pública, conforme definição do texto constitucional, aponte a alternativa incorreta.

a) Polícia Federal, Polícia Penal, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Criminalística e Polícia Rodoviária Federal são exemplos de órgãos de segurança pública.

b) É atribuição da polícia federal, dentre outras, a de apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União.

c) A polícia rodoviária federal destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

d) Cabe aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, a execução de atividades de defesa civil.

e) A segurança viária compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente.

69. O Governo do Paraguai ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município de Foz do Iguaçu, no Paraná, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina de Itaipú. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial.

a) Superior Tribunal de Justiça.

b) Supremo Tribunal Federal.

c) Juiz Federal.

d) Tribunal Regional Federal.

e) Tribunal de Justiça do Paraná.

70. O estado do Rio de Janeiro legislou e concedeu aos jovens de até 21 anos de idade a “meia entrada” em eventos culturais, isto é, o desconto de 50% no valor do ingresso para shows, cinemas e teatros. A respeito do assunto, conforme fixado pela Constituição Federal e conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a lei estadual é

a) inconstitucional, por invadir a competência da União para legislar sobre contratos.

b) constitucional, uma vez que compete aos estados legislar sobre normas específicas do direito econômico.

c) constitucional, porque é competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro.

d) inconstitucional, pois o Rio de Janeiro apenas poderia legislar sobre o assunto se tivesse lei complementar federal delegando aos estados a competência para dispor sobre a matéria.

e) constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre direito econômico e financeiro.

71. Indique a alternativa que contenha competência do Congresso Nacional exercida sem a sanção presidencial.

- a) telecomunicações e radiodifusão.
- b) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- c) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- d) fixar os subsídios dos Ministros de Estado.
- e) concessão de anistia.

72. Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União, conforme disposto na Constituição Federal, indique a assertiva correta.

- a) Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar ilegalidades ao Tribunal de Contas.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, caso encontrada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) O Tribunal de Contas da União, composto de sete Conselheiros, tem sede na Capital Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- d) Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que de direito público, que em nome da União assuma prestação pecuniária prestará contas ao Tribunal de Contas da União.
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

73. A respeito das garantias e das vedações constitucionais aplicáveis aos magistrados, indique a assertiva INCORRETA.

- a) Os juízes gozam da garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
- b) A vitaliciedade, na magistratura, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

c) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.

d) Juízes não podem exercer atividade político-partidária.

e) Juízes aposentados ou exonerados só poderão exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram depois de decorridos três anos do afastamento.

74. A segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Conforme redação da Constituição Federal, indique a assertiva correta.

a) Dentre outros, são órgãos de segurança pública: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - Força Nacional de Segurança Pública; IV - polícias civis; V - polícias penais federal, estaduais e distrital.

b) Às polícias civil, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, a função de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Aos corpos de bombeiros militares cabe, além de outras atribuições, a execução de atividades de defesa civil.

c) Cabe à polícia penal promover a segurança nos estabelecimentos penais.

d) A Constituição Federal autoriza os Municípios a constituírem guardas municipais destinadas ao policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

e) As polícias militares e as polícias civis, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

75. Consoante disposto na Constituição Federal, é direito do preso, exceto:

a) o cumprimento da pena em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

b) não ser submetido a trabalhos forçados.

c) a preservação da integridade física e moral.

d) as presidiárias têm o direito de permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, que não pode ser inferior a 180 dias.

e) a individualização da pena.

76. São direitos sociais elencados expressamente na Constituição Federal:

- a) lazer, liberdade de reunião, proteção à maternidade e à infância e transporte.
- b) trabalho, educação, saúde e previdência social.
- c) inviolabilidade da casa, assistência aos desamparados, saúde e propriedade.
- d) segurança, lazer, moradia e liberdade de reunião.
- e) liberdade de associação, liberdade de crença religiosa, propriedade e saúde.

77. O Presidente da República editou medida provisória para admitir que refugiados residentes no Brasil há mais de seis meses possam ser naturalizados brasileiros, desde que não possuam condenação criminal. A respeito do assunto, aponte a alternativa incorreta.

- a) As medidas provisórias rejeitadas perdem a eficácia desde a sua edição.
- b) É vedada a edição de medida provisória sobre nacionalidade.
- c) O quórum necessário para a aprovação de medida provisória é o de maioria simples, exigindo-se votação em cada Casa do Congresso Nacional separadamente.
- d) A medida provisória somente produzirá efeitos após o parecer favorável da comissão mista.
- e) A medida provisória tem prazo de validade de 60 dias, prorrogável por mais 60 dias.

78. Indique a alternativa que contenha competência do Congresso Nacional exercida sem a sanção presidencial.

- a) telecomunicações e radiodifusão.
- b) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- c) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- d) fixar os subsídios dos Ministros de Estado.
- e) concessão de anistia;

79. A Constituição Federal proíbe o tratamento diferenciado entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos em que prevê expressamente em seu texto. Conforme disposto na Lei Maior, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- a) Ministro das Relações Exteriores.
- b) Ministro da Justiça e Segurança Pública.
- c) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Deputado Federal.
- e) General do Exército.

80. Sobre o direito de liberdade de associação, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) O Governador do Rio de Janeiro tem poderes para, por meio de decreto referendado pelo Secretário de Justiça, determinar a extinção compulsória da associação que tenha por objetivo a prática de ato ilícito.
- b) Uma liminar não é suficiente para extinguir compulsoriamente as associações de caráter paramilitar.
- c) A legitimidade da associação para representação de seus filiados no âmbito judicial depende de autorização expressa dos associados.
- d) Na condição de substituta processual, a atuação judicial de associação não está condicionada à autorização dos associados por meio de procuração.
- e) A exclusão de associado por motivos ideológicos, desde que cumprido o devido processo legal, não está sujeita à revisão pelo Estado.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

81. Não é requisito para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil:

- a) haver sido proferida por juiz competente;
- b) estar traduzida por intérprete autorizado;
- c) ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) não tenha sido verificada à revelia;
- e) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida

82. De acordo com o Código Civil e com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- a) a emancipação legal depende de registro em cartório cível;
- b) a emancipação é passível de retratação e revogação a qualquer tempo;
- c) a emancipação voluntária não afasta a responsabilidade dos pais por eventuais danos causados pelo filho emancipado;
- d) o menor de dezesseis anos pode ser emancipado em razão do casamento;
- e) a emancipação em razão do casamento não depende de registro em cartório cível.

83. O ente de fiscalização do exercício profissional é pessoa jurídica:

- a) de direito público interno;
- b) de direito público externo;
- c) de direito privado;
- d) de direito público com estrutura de direito privado;
- e) ente despersonalizado.

84. O prazo do beneficiário para reclamar do segurador em caso de seguro civil obrigatório é:

- a) decadencial e de dez anos, já que é uma responsabilidade contratual;
- b) prescricional, de três anos, já que é uma responsabilidade extracontratual;

c) decadencial, de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;

d) prescricional, de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;

e) prescricional, de cinco anos, pois é referente a valor certo e líquido.

85. Em relação à posse, é correto afirmar que:

a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;

b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;

c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;

d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem;

e) o possuidor de má-fé tem direito aos frutos percebidos durante a posse.

86. De acordo com o Código Civil, é correto afirmar em relação à mora que:

a) apenas o devedor poderá estar em mora;

b) apenas o credor poderá estar em mora;

c) não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora;

d) nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde a interpelação judicial ou extrajudicial;

e) não havendo termo, a mora se constitui exclusivamente mediante interpelação judicial.

87. Não podem se casar:

a) os menores de dezesseis anos, em qualquer situação;

b) os parentes colaterais, até o quarto grau;

c) as pessoas casadas, salvo as separadas de fato a mais de dois anos;

d) os ascendentes com os descendentes, desde que seja o parentesco natural;

e) a pessoa que possua impedimento de longo prazo de natureza mental.

88. Em relação à responsabilidade civil do Estado por omissão, é correto afirmar que:

- a) será subjetiva, em qualquer situação;
- b) seria objetiva, bem como a do agente omissivo;
- c) é excluída quando verificada a culpa exclusiva do agente;
- d) é objetiva quando relativa a atividade naturalmente perigosa;
- e) inexistente, pois apenas há responsabilidade pelos atos comissivos.

89. Não são responsáveis pela reparação civil:

- a) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
- b) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
- c) o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;
- d) os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia;
- e) o agente, em caráter pessoal, pelo dano que causar no cumprimento de um dever legalmente reconhecido.

90. Em relação ao contrato de depósito, é incorreto afirmar que:

- a) no depósito voluntário, recebe o depositário um objeto móvel, para guardar, até que o depositante o reclame;
- b) é depósito necessário o que se faz em desempenho de obrigação legal;
- c) é depósito necessário o que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação, o naufrágio ou o saque;
- d) o depósito voluntário provar-se-á por testemunho;
- e) o depósito necessário não se presume gratuito.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

91. O laudo pericial realizado em uma criança vítima de maus tratos apontou equimoses azuladas espalhadas pelo corpo. Levando-se em consideração o espectro equimótico de Legrand du Saulle, pode-se afirmar que as lesões foram produzidas há quantos dias da perícia?

- a) Há 1 dia.
- b) De 2 a 3 dias.
- c) De 4 a 6 dias.
- d) De 7 a 10 dias.
- e) De 10 a 15 dias.

92. Um rapaz foi conduzido à delegacia de polícia após aproveitar-se do horário de pico em um ônibus cheio para esfregar sua região genital em uma passageira que estava a sua frente. O caso narrado pode corresponder a um tipo de transtorno sexual conhecido como:

- a) Erotismo.
- b) Frotteurismo.
- c) Pigmalianismo.
- d) Mixoscopia.
- e) Fetichismo.

O cadáver de uma jovem foi encontrado em um matagal com as seguintes lesões: lesão perfuro-contusa com formato estrelado e a pele virada para fora na região da têmpora e lesões contusas em forma de coleções sanguíneas (bolsas de sangue) nos braços e nas costas. Com base nessas informações responda às questões **93 e 94**.

93. O sinal produzido pela lesão perfuro-contusa narrada acima é conhecido por:

- a) Sinal de Benassi.
- b) Tronco de Cone de Bonnet.
- c) Sinal de Puppe-Werkgaertner.
- d) Câmara de Mina de Hoffman.
- e) Sinal de Romanesi.

94. As lesões contusas descritas no referido caso correspondem ao/à:

- a) Equimose
- b) Sufusão
- c) Luxação
- d) Víbice
- e) Hematoma

95. O sistema dactiloscópico de Vucetich é método de identificação judiciária/policial que se baseia na disposição das cristas papilares que se encontram na polpa dos dedos. A partir da impressão digital ele estabeleceu os tipos fundamentais do Sistema dactiloscópico de Vucetich. Assinale a alternativa correta quanto a esse sistema:

- a) O arco é a presença de dois deltas e um núcleo central.
- b) Dedos supranumerários são representados com o símbolo “+”.
- c) A presilha interna possui um delta à direita e um núcleo à esquerda.
- d) A ausência de dedo é representada pela letra X.
- e) O verticilo não apresenta deltas.

96. Acerca dos fenômenos cadavéricos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A desidratação é um fenômeno cadavérico que causa perda de peso, apegaminhamento da pele, dessecamento das mucosas e fenômenos oculares nos cadáveres.
- b) A rigidez cadavérica obedece à Lei de Nysten.
- c) A Circulação Pós-tumida de Brouardel apresenta-se na fase cromática da putrefação.
- d) A idade do morto é fator que interfere na evolução da putrefação.
- e) A abolição da motilidade e do tônus muscular é fenômeno abiótico imediato.

97. São drogas psicodislépticas e psicoanalépticas respectivamente:

- a) Heroína e maconha
- b) Haxixe e morfina
- c) Ecstasy e Cocaína
- d) Crack e oxi
- e) Merla e LSD

98. São características do sulco produzido pelo estrangulamento:

- a) Geralmente único e profundidade uniforme
- b) Contínuo e na parte mais alta do pescoço
- c) Ascendente e geralmente múltiplo
- d) Tipicamente horizontalizado e profundidade uniforme
- e) Descontínuo e geralmente múltiplo

99. O afogamento é espécie de asfixia que produz sinais que lhes são próprios. Assinale a alternativa que representa um sinal que NÃO pode ser encontrado em uma vítima de afogamento.

- a) Sinal de Bernt.
- b) Lesões de Simonin.
- c) “Cabeça de negro”.
- d) Sinal de Montalti.
- e) Manchas de Paultauf.

100. Os projéteis de arma de fogo geram lesão no corpo humano. Observamos os seguintes pontos ao estudarmos a lesão produzida: orifício de entrada (ponto de ingresso do projétil), trajeto (linha seguida pelo projétil no interior do corpo), orifício de saída (por onde o projétil eventualmente sair do corpo, somente será verificado nos casos de tiros transfixantes). Com base nesse assunto assinale a alternativa que contém características do orifício de entrada e de saída, respectivamente:

- a) Possui orlas e zonas / regular
- b) Evertido / dilacerado
- c) Desproporcional ao diâmetro do projétil / sem orlas e zonas
- d) Proporcional ao diâmetro do projétil / invertido
- e) Invertido / sem orlas e zonas

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Delegado-PC-RJ-25-09>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
